



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
AUDITORIA INTERNA**

2018-2021

(Com alterações aprovadas pela Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611, de 27 de novembro de 2018)

Salvador – BA
Outubro/2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
AUDITORIA INTERNA**

2018-2021

(Com alterações aprovadas pela Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611, de 27 de novembro de 2018)

Plano de Desenvolvimento de Pessoal da Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES), vinculada à Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI), elaborado em conformidade com o inciso I, alínea “f”, do Parecer da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 2, de 29 de outubro de 2013, e princípios reguladores da atividade de auditoria interna constantes da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), editada pelo Instituto Global dos Auditores Internos (IIA).

Salvador – BA
Outubro/2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. COMPETÊNCIAS REQUERIDAS AO AUDITOR INTERNO	6
3. ANÁLISE DIAGNÓSTICA DE PESSOAL.....	8
4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SAU	10
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O desenvolvimento de competências – conhecimentos, habilidades e atitudes –, requeridas ao bom e regular exercício de atribuições constitui função de gestão de pessoas e concorre, conjuntamente com as demais funções – recrutamento e seleção, retenção, motivação, promoção de qualidade de vida no trabalho e administração de remuneração e benefícios –, para auxiliar a organização a aperfeiçoar processos internos e agregar valor aos produtos e serviços ofertados aos clientes, corroborando, ainda, para o cumprimento de metas e consequente concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais.
- 1.2. A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais da Auditoria Interna (IPPF), editada pelo Instituto Global dos Auditores Internos (IIA), base conceitual para o exercício da atividade de auditoria interna, em suas vertentes avaliativa e consultiva, eleva o desenvolvimento de competências à categoria de princípio fundamental¹, regra de conduta² e atributo³ ou característica requerida à prática profissional de auditoria interna, ratificando a necessidade de melhoria contínua da proficiência, bem como da eficácia e qualidade de serviços prestados pelos auditores internos.
- 1.3. Paralelamente, as normas de auditoria (Nats) editadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) relativas à pessoa do auditor⁴ esclarecem que a equipe de auditoria designada para uma ação fiscalizatória deve apresentar, em conjunto, treinamento técnico, capacidade e experiência suficientes para conduzir adequadamente o trabalho e formular conclusões e propostas de encaminhamento pertinentes, devendo os auditores buscar, permanentemente, seu aprimoramento profissional, mantendo-se atualizados quanto a novas técnicas e instrumentos de trabalho relativos a sua área de atuação.
- 1.4. No mesmo alinhamento, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 171, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito do Poder Judiciário, esclarece, no inciso III, do art. 57, que os servidores lotados na unidade de controle interno devem observar,

¹ Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Princípios fundamentais para a prática profissional da Auditoria Interna. [...] Demonstrar Proficiência e Zelo Profissional Devido; [...] Demonstrar qualidade e melhoria contínua.

² Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Código de Ética. Regras de Conduta. [...] 4. Competência. Os auditores internos: [...] 4.3 Devem melhorar continuamente sua proficiência e a eficácia e qualidade de seus serviços.

³ Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Normas de atributo. 1210 – Proficiência. Os auditores internos devem possuir o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais. A atividade de auditoria interna deve possuir, ou obter, coletivamente o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades.

⁴ Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Portaria TCU nº 280, de 8 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria TCU nº 168, de 30 de junho de 2011. 52. A equipe designada para realizar uma auditoria específica deve ter, em conjunto, treinamento técnico, capacidade e experiência suficientes para conduzir adequadamente o trabalho e formular conclusões e propostas de encaminhamento pertinentes. Assim, os auditores devem buscar permanentemente seu aprimoramento profissional, mantendo-se atualizados quanto a novas técnicas e instrumentos de trabalho relativos à sua área de atuação.

dentre outras, a seguinte regra de conduta: aprimoramento profissional, isto é, busca pela atualização de normas e procedimentos que conduzam ao aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades, por meio do desenvolvimento de competências.

- 1.5. O Parecer nº 2, da Secretaria de Controle Interno (SCI) do sobredito Conselho, de 29 de outubro de 2013, recomendou, na alínea “f”⁵, do item I, a formalização de Plano Anual de Capacitação específico para a Unidade de Auditoria Interna de cada Tribunal, de modo a assegurar que a totalidade dos servidores seja permanentemente capacitada, observados eventos internos e externos, alavancando, assim, a capacidade do órgão em realizar ações fiscalizatórias e, ainda, aperfeiçoar respectivos resultados e a qualidade do valor agregado à gestão.
- 1.6. Recomendou, ainda, na alínea “c”⁶, do item VIII, a avaliação dos motivos ensejadores de elevado índice de rotatividade de pessoal comumente associado às unidades ou núcleos de controle interno, bem como a sinalização, à Alta Gestão, de medidas tendentes a sanear o problema. O Parecer elencou, dentre os possíveis motivos dificultadores da retenção de talentos: baixa remuneração; falta de visão de crescimento de carreira; ausência de perspectiva de designação para ocupação de posições de liderança; maior oferta de possibilidade de crescimento profissional por outras áreas; excesso de trabalho; e ausência de plano de capacitação.
- 1.7. Do mesmo modo, a Resolução Administrativa do TRE-BA nº 6, de 4 de maio de 2015, que estabelece e regulamenta as atividades de auditoria, fiscalização e inspeção administrativa, no âmbito deste Regional, no inciso VII, do art. 10, preceitua que o servidor lotado na Coordenadoria de Auditoria, Acompanhamento e Orientação da Gestão (COGES) deverá observar, dentre outros, o seguinte princípio ou regra de conduta: desenvolvimento profissional, ou seja, busca permanente pelo aprimoramento profissional, de forma a conduzir adequadamente o trabalho e formular conclusões e propostas de encaminhamento pertinentes.
- 1.8. Por fim, o Código de Ética do TRE-BA, aprovado por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 3, de 17 de maio de 2017, estabelece, no inciso III, do art. 4º, que constitui direito afeto aos servidores participar de atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional, e estabelece, ainda, no inciso VIII, do art. 5º, que é dever do servidor manter-se atualizado com a legislação, as instruções e as normas de serviço editadas no âmbito do Tribunal.

⁵ Parecer da Secretaria de Controle Interno (SCI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 2, de 29 de outubro de 2013. I – unidade ou núcleo de controle interno do tribunal ou conselho: [...] f) f) encaminhe [...] à Administração Superior [...] plano de capacitação para o ano seguinte, de forma que a totalidade dos servidores da unidade seja permanentemente capacitada em eventos internos e externos (elaboração de programa de auditoria, papéis de trabalho, técnicas de auditoria, matrizes de planejamento, de procedimentos e de achados e de relatório), para que seja possível alavancar a realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações.

⁶ Parecer da Secretaria de Controle Interno (SCI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 2, de 29 de outubro de 2013. VIII – área de gestão de pessoas do tribunal ou conselho: [...] c) avalie [...] o(s) motivo(s) do alto percentual de rotatividade de servidores lotados na unidade ou núcleo de controle interno, indicando ao presidente do tribunal ou conselho propostas para solucioná-los caso se trate dos motivos a seguir identificados: c.1) resultado da baixa remuneração; c.2) falta de visão de crescimento na carreira; c.3) falta de expectativa de o servidor ser designado chefe de alguma área da unidade ou núcleo de controle interno; c.4) estrutura incompatível com as demais unidades da instituição, que oferecem mais possibilidades de crescimento profissional; c.5) ausência de plano de capacitação; e c.6) excesso de trabalho.

1.9. Assim, a efetividade das funções constitucionais da unidade de auditoria interna, responsável pelo exercício da atividade de auditoria interna⁷, e a concretização de sua missão ou propósito de aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação (*assurance*), consultoria (*advisory*) e percepção para o futuro (*insight*), restam condicionados à assecuração, à totalidade dos auditores internos, do desenvolvimento contínuo da proficiência, não apenas quanto às normas, técnicas e demais padrões e práticas de auditoria interna, mas, também, nas áreas ou temáticas objeto de exame de ações fiscalizatórias.

2. COMPETÊNCIAS REQUERIDAS AO AUDITOR INTERNO

2.1 O Código de Ética, editado pelo IIA, parte integrante das orientações mandatórias⁸ para a prática profissional da auditoria interna, descreve os seguintes requisitos mínimos de conduta e expectativas comportamentais relativamente a indivíduos e organizações, na condução da auditoria interna: integridade; objetividade; confidencialidade e competência.

2.2 As Nats editadas pelo TCU requerem dos auditores atuação norteada pelos seguintes comportamentos: cautela, zelo e julgamento profissional; competência e desenvolvimento contínuo; independência e imparcialidade; cortesia; ausência de conflito de interesses; e sigilo profissional sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções.

2.3 A Resolução CNJ nº 171/2013, em seu art. 57, e a Resolução Administrativa TRE-BA nº 6/2015, em seu art. 10, elencam, dentre os comportamentos requeridos dos auditores internos, os seguintes princípios ou regras de conduta: comportamento ético; zelo e cautela profissional; aprimoramento profissional; independência funcional; imparcialidade/objetividade; e confidencialidade.

2.4 Paralelamente, o planejamento estratégico do TRE-BA para o ciclo 2016-2021, aprovado por meio da Resolução Administrativa do Pleno nº 14, de 14 de dezembro de 2015, estabelece que os seguintes valores deverão nortear a atuação ou o comportamento dos gestores e demais colaboradores do Órgão: ética; imparcialidade; transparência; respeito ao ser humano; e responsabilidade socioambiental. Elenca, ainda, dentre os atributos de valor que deverão restar associados às entregas realizadas pelo Tribunal: acessibilidade; celeridade; credibilidade; efetividade; e modernidade.

2.5 Por fim, o Código de Ética do TRE-BA – Resolução Administrativa TRE-BA nº 3/2017 –, estabelece, em seu art. 2º, que a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a preservação do patrimônio, da honra e da tradição dos serviços públicos e a conduta ética devem ser observados pelos servidores do Tribunal com vistas ao atendimento aos princípios norteadores da Administração Pública.

⁷ Estrutura Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Definição de auditoria interna. A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

⁸ Estrutura de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPPF), 2016. Instituto Global dos Auditores Internos (IIA). Orientações mandatórias: princípios fundamentais; Código de Ética; definição de auditoria interna; e normas de atributo e desempenho.

2.6 A Resolução Administrativa do TRE-BA nº 5, de 28 de maio de 2013, que dispõe sobre o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal, elenca, nos arts. 17 a 20, as atribuições funcionais ou regulamentares da COGES e respectivas seções vinculadas (SEAGES, SEAPE e SEAUD) afetas ao exercício da atividade de auditoria interna, em suas vertentes avaliativa e consultiva, estabelecendo, portanto, parâmetros referenciais para o mapeamento de competências técnicas exigidas.

2.7 Assim, no que tange às competências requeridas aos auditores internos do TRE-BA, em consonância com aquelas explicitadas nos subitens anteriores, decorrentes do quanto previsto em normativos reguladores da prática profissional da auditoria interna, no Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal, na Estratégia 2016-2021 e no Código de Ética organizacional, delinea-se, na sequência, rol referencial de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais ao bom e regular exercício da atividade de auditoria interna:

Tabela 1: Competências comportamentais requeridas aos auditores internos do TRE-BA:

	COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS – AUDITORES INTERNOS
1	Ética
2	Independência
3	Imparcialidade
4	Transparência
5	Cautela e zelo profissional
6	Ceticismo profissional
7	Sigilo profissional
8	Cortesia
9	Foco e concentração
10	Orientação para resultados
11	Planejamento e racionalização de demandas
12	Orientação para aprendizado e autodesenvolvimento profissional
13	Interlocução com o público interno e externo
14	Negociação e solução de conflitos
15	Escuta ativa
16	Raciocínio lógico e analítico
17	Condução de reuniões
18	Comunicação verbal e escrita
19	Relacionamento interpessoal
20	Inteligência emocional
21	Visão sistêmica

Fonte: Pesquisa realizada junto aos auditores internos da COGES/SCI/TRE-BA, em outubro/2017.

Tabela 2: Competências técnicas requeridas aos auditores internos do TRE-BA:

	COMPETÊNCIAS TÉCNICAS – AUDITORES INTERNOS
1	Normas, técnicas, padrões e metodologias de auditoria interna
2	Critérios referenciais para avaliação de governança, gestão de riscos e controle interno
3	Normas, técnicas, padrões e metodologias afetas a processos ou objetos auditáveis
4	Estrutura, competências, funcionamento e trâmite processual da organização
5	Governança, gerenciamento de riscos e controle interno
6	Gestão pública
7	Gestão estratégica
8	Gestão de projetos
9	Gestão de processos e da qualidade
10	Gestão de pessoas
11	Gestão de tecnologia da informação e comunicação
12	Gestão de compras, contratações e convênios

	COMPETÊNCIAS TÉCNICAS – AUDITORES INTERNOS
13	Gestão orçamentária, contábil, financeira e patrimonial
14	Gestão do conhecimento e da informação
15	Gestão de segurança da informação
16	Obras públicas
17	Legislação (interpretação, ponderação e aplicação)
18	Redação de correspondências oficiais
19	Redação de atas, pareceres e relatórios
20	Cálculos matemáticos, estatísticos e amostrais
21	<i>Softwares</i> essenciais voltados à edição de textos, planilhas e apresentações
22	<i>Softwares</i> corporativos de auditoria interna
23	<i>Softwares</i> corporativos afetos a processos ou objetos auditáveis
24	<i>Softwares</i> externos associados ao cumprimento de obrigações de <i>accountability</i> e apoio ao controle externo

Fonte: Pesquisa realizada junto aos auditores internos da COGES/SCI/TRE-BA, em outubro/2017.

2.8 Paralelamente, deve-se registrar, no que tange aos servidores designados para o exercício de posições de liderança da COGES e respectivas seções vinculadas, a necessidade de complementação do rol de competências comportamentais elencadas na tabela 1, de modo a contemplar as habilidades ou atitudes de liderança e tomada de decisão, sem prejuízo das demais competências requeridas aos ocupantes de cargos ou funções comissionadas do Tribunal.

3. ANÁLISE DIAGNÓSTICA DE PESSOAL

3.1. A COGES conta, atualmente, com força de trabalho composta por 11 servidores, assim distribuídos: 1, lotado na COGES; 4, na Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa (SEAGES); 3, na Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal (SEAPE); e 3, na Seção de Auditoria (SEAUD), observados cargo, formação e tempo de lotação discriminados na tabela 2, colacionada na sequência:

Tabela 3: Perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho da COGES – Outubro/2017:

	SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	INÍCIO DE LOTAÇÃO
COGES	Fernanda Costa Guimarães	Analista Judiciário – Área Judiciária/CJ2	Direito	1º/4/2014 (3 anos/7 meses)
	Ângela Roberta Esquerdo Gonzaga	Analista Judiciário – Área Administrativa	Direito	31/3/2016 (1 ano/7 meses)
SEAGES	Eduardo Machado Oliveira	Analista Judiciário – Área Judiciária	Direito	16/4/2012 (5 anos/6 meses)
	Geraldo Majella Nunes de Moura	Técnico Judiciário	Graduação em Contabilidade em andamento	28/9/2007 (10 anos/1meses)
	Maria Regina Ribeiro Santana	Analista Judiciário – Área Administrativa/FC6	Direito	24/4/2017 (6meses)
SEAPE	Camille Pedreira Bastos	Analista Judiciário – Área Judiciária	Direito	11/7/2016 (1 ano/3 meses)
	Ricardo Mota Mascarenhas	Analista Judiciário – Área Judiciária	Direito	20/4/2017 (6 meses)
	Záide Checcucci Junqueira Ayres	Analista Judiciário – Área Administrativa/FC6	Administração	8/4/2016 (1 ano/6 meses)
SEAUD	Antonio Fernando dos Santos Paixão	Técnico Judiciário/FC6	Direito	27/1/2017* (9 meses)
	Mirela Rios Cruz de Jesus	Analista Judiciário – Área Judiciária	Direito	11/5/2017** (5 meses)

SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	INÍCIO DE LOTAÇÃO
Ricardo Nascimento Cantharino	Técnico Judiciário/FC1	Administração	16/4/2016 (1 ano/6 meses)

*Servidor lotado anteriormente na COGES, no período compreendido entre 31/7/2010 e 31/8/2015 (5 anos e 1 mês).

**Servidora lotada anteriormente na COGES, no período compreendido entre 19/5/2009 e 25/11/2010 (1 ano e 7 meses).

Fonte: informações fornecidas pela EFAS, em 18/10/2017, e disponíveis no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), consoante consulta realizada em 30/10/2017.

3.2. Analisados o perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho da COGES e respectivas unidades operacionais vinculadas, exibido na tabela 3, e considerando-se 4 anos, o tempo referencial médio requerido ao desenvolvimento de competências necessárias ao bom e regular exercício da atividade de auditoria interna, observa-se que:

3.2.1. Apenas 27,27% do quadro – 3 servidores – conta com, pelo menos, 3 anos consecutivos de lotação; cerca de 27,27% – 3 servidores – conta com, pelo menos, 1 ano e 6 meses ininterruptos de lotação; 9,1% – 1 servidor – encontra-se lotado na referida Coordenadoria há, pelo menos, 1 ano; 27,27 – 3 servidores – conta com, ao menos, 6 meses de lotação; e cerca 9 % – 1 servidor –, encontra-se lotado na COGES há menos de 6 meses.

3.3. Examinadas, ainda, horizontal e verticalmente, informações atinentes à lotação e capacitação de pessoal da COGES, ao longo dos três últimos exercícios, fornecidas pela Escola de Formação e Desenvolvimento de Servidores (EFAS) deste Regional, consoante tabela constante do Anexo II, bem como informações referentes à rotatividade dos ocupantes de posições de liderança da unidade, observado idêntico período, conclui-se que:

3.3.1. Considerado o exercício 2017, observou-se redução do quadro de pessoal da ordem de 15%, relativamente a 2015, quando a Coordenadoria contava com 13 servidores;

3.3.2. Não obstante, em 2016, apurou-se preocupante índice de rotatividade do quadro de pessoal – 62%, relativamente a 2015 –, sendo que, em 2017, a rotatividade do quadro apurada, embora de menor expressividade, restou circunscrita a 25% em relação a 2016;

3.3.3. Paralelamente, nos últimos três exercícios, observou-se, ainda: alternância da titularidade da COGES, por duas vezes; mudança da chefia da SEAGES e SEAUD em dois momentos distintos; e alternância da titularidade da SEAPE, por três vezes, sendo as duas últimas num mesmo exercício;

3.3.4. Adicionalmente, categorizados⁹ os eventos de capacitação realizados nos últimos três exercícios em “técnicos”, “áreas auditáveis” e “outros”, registrou-se a realização de apenas uma ação anual de capacitação afeta à prática profissional de auditoria interna que atingiu a totalidade dos servidores em exercício;

3.3.5. Registre-se carência, ainda, de treinamentos comportamentais ou associados à liderança e gestão de pessoas, essenciais ao exercício da atividade de auditoria interna, sobretudo se considerada a utilização da abordagem baseada em riscos

⁹ Categorização de treinamentos ministrados aos servidores lotados na COGES e respectivas unidades operacionais vinculadas, ao longo de 2015, 2016 e 2017 (até 18/10/2017): técnicos, aqueles relativos a normas, padrões e práticas profissionais de auditoria interna; áreas auditáveis, aqueles relacionados a objetos passíveis de auditoria; e outros, aqueles não abarcados nas categorias anteriores.

(ABR) para a condução das ações fiscalizatórias, que requer intensa interação, inteligência emocional, habilidades para negociação e gestão de conflitos e construção conjunta de conhecimentos atinentes a riscos e controles associados ao objeto ou processo de trabalho auditado.

- 3.3.6. Acrescente-se, por fim, ausência, até a presente data, de servidor em gozo de abono de permanência ou em expectativa de preenchimento de requisitos para aposentação ao longo dos próximos três exercícios.
- 3.4. Nesse sentido, a leitura dos números explicitados no subitem anterior revela um cenário de considerável rotatividade de pessoal, significativa alternância de líderes e aprofundada deficiência de capacitação técnica, em auditoria interna, nos três últimos exercícios, determinante, portanto, da limitação da capacidade operacional da COGES e potencialmente comprometedor, ainda, da qualidade das conclusões e pertinência dos encaminhamentos propostos.
- 3.5. Esclareça-se que os referidos fatores associados concorrem para o enraizamento de vulnerabilidades ensejadoras de materialização de riscos afetos ao comprometimento da qualidade e celeridade das entregas da Unidade de Auditoria do Tribunal, repercutindo, assim, em sua capacidade de alcançar seu propósito primário de aumentar e proteger o valor organizacional, mediante fornecimento de avaliação, consultoria e percepção para o futuro.
- 3.6. Registre-se, por oportuno, que, não obstante cenário adverso ora evidenciado, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI) deste Regional vem desenvolvendo ações, ao longo dos últimos exercícios, a exemplo de formação de grupos de estudo e multiplicação interna de conhecimentos, no sentido de minimizar fraquezas, contornar ameaças e, assim, aperfeiçoar a atividade de auditoria interna desenvolvida no Tribunal, aprimorando, por consequência, a eficácia e a qualidade dos resultados dos trabalhos realizados.
- 3.7. Tal esforço tem-se materializado no incremento da adesão aos padrões internacional e nacionalmente exigidos à prática profissional da auditoria interna, repercutindo, inclusive, na seleção sucessiva de trabalhos para apresentação, na categoria “boas práticas”, em eventos de Auditoria Governamental de âmbito nacional, quais sejam: II Fórum de Boas Práticas em Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, Brasília – DF, junho/2016 (Auditoria de avaliação de controles internos em nível de entidade TRE-BA – PAA2014); III Fórum de Boas Práticas em Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, Recife – PE, junho/2017 (Auditoria de contratações terceirizadas TRE-BA: uma abordagem baseada em riscos – PAA2016); e IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental, Brasília – DF, outubro/2017 (Projeto Auditoria é mais parceria).

4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SAU¹⁰

- 4.1. Identificadas lacunas entre as competências requeridas aos auditores internos explicitadas na seção 2 e aquelas efetivamente apresentadas pelos servidores lotados na COGES e respectivas seções vinculadas, consoante pesquisa interna

¹⁰ A Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611, de 27 de novembro de 2018 procedeu à revisão do PDP da COGES 2018-2021 estendendo-o a toda a Secretaria de Auditoria Interna (SAU) e alterando, ainda, a previsão de ações de capacitação consignada para os exercícios 2019, 2020 e 2021, em face da alteração de diretrizes para as Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral, em consonância com os itens 18 e 19 da Informação nº 8/2018/SCI/TSE.

realizada e registro histórico de capacitação atinente aos três últimos exercícios, evidenciado na seção 3, propõe-se o presente Plano de Desenvolvimento de Pessoal da SAU, contemplando ações de capacitação requeridas ao bom e regular exercício da atividade de auditoria interna, no âmbito deste Regional.

- 4.2. Esclareça-se que o plano de desenvolvimento de pessoal colacionado no Anexo I restou formulado sob a diretriz de capacitação continuada do quadro de pessoal da SAU, prevendo ações de treinamento instrumentais ou basilares, intermediárias e, também, avançadas ou de aprofundamento em temáticas ou técnicas de auditoria específicas, observado o prazo mínimo fixado em quatro anos para integral atingimento de domínio e proficiência dos conhecimentos, habilidades e atitudes que referenciaram as análises ora explicitadas.
- 4.3. Registre-se, ainda, que a seleção de ações de capacitação a serem priorizadas nos próximos quatro exercícios observou, ainda, ações fiscalizatórias a serem desenvolvidas em 2018 e exercícios subsequentes, consoante Plano de Auditoria de Longo Prazo referente ao quadriênio 2018-2021 (PALP 2018-2021), Plano Anual de Atividades da COGES para o próximo ano (PAA 2018) e diretrizes provenientes do CNJ e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no tange às ações coordenadas e integradas de auditoria, respectivamente, a serem realizadas entre 2018 e 2021.
- 4.4. Assim, o Plano de Desenvolvimento de Pessoal da SAU 2016-2021 ora apresentado, observará subdivisão em planejamentos anuais, resultando, portanto, em Planos de Capacitação específicos para 2018, 2019, 2020 e 2021, de modo a alinhar a estratégia de capacitação voltada à formação gradual e contínua de auditores internos de cada exercício ao planejamento de atividades fiscalizatórias aprovado para o período de referência.
- 4.5. Ressalte-se que o quantitativo de servidores a serem capacitados em cada exercício está sujeito a variação, considerando possibilidade de alteração do quadro de pessoal da SAU, decorrente de reposição de servidores egressos ou redimensionamento da força de trabalho. Do mesmo modo, as ações de capacitação definidas para exercícios vindouros podem ser objeto de retificação em face de alteração superveniente de diretrizes ou demandas apresentadas à SAU deste Regional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 5.1. A asseguarção do contínuo desenvolvimento de competências requeridas ao quadro de pessoal de uma organização constitui boa prática de governança pública consolidada, consoante Guia referencial aplicável a órgãos e entidades públicas, editado pelo TCU¹¹.
- 5.2. A capacitação do corpo funcional constitui, portanto, condição basilar ou primária requerida ao bom e regular exercício das atividades atribuídas, concorrendo para a garantia da qualidade e celeridade das entregas previstas. Paralelamente, o regular desenvolvimento de competências instrumentaliza, ainda, o corpo de colaboradores de uma organização para o cumprimento de metas e compromissos definidos pela gestão, auxiliando-a na concretização da missão e no alcance da visão de futuro estabelecidas.

¹¹ Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p. Prática L1.2 - Assegurar a adequada capacitação dos membros da alta administração.

- 5.3. Observado o atual cenário de inexistência de carreira própria afeta ao exercício da atividade de auditoria interna, no âmbito do Poder Judiciário, ou, ainda, de incentivos afetos à gratificação, em pecúnia, pelo desempenho das referidas funções, e considerados, ainda, as responsabilidades decorrentes e o valor agregado à gestão pelos trabalhos realizados, a promoção do desenvolvimento das equipes de auditoria apresenta-se como fator catalisador da motivação de servidores para o exercício do *mister* que lhes foi atribuído.
- 5.4. A proposta alinha-se, ainda, ao objetivo previsto na estratégia institucional para 2016-2021, “melhorar o desempenho dos processos organizacionais”, na medida em que concorre para a maximização da qualidade das entregas e minimização de respectivos custos e riscos associados. Assim, o aperfeiçoamento da atuação dos auditores internos repercute diretamente no incremento da eficácia das análises e conclusões e no aprimoramento dos encaminhamentos legados à gestão, quando da proposição de melhoria dos processos organizacionais, notadamente daqueles afetos a governança, gerenciamento de riscos e controle interno.
- 5.5. Nesse sentido, espera-se que a aprovação e implementação do presente Plano de Desenvolvimento de Pessoal da SAU e respectivos planos de capacitação anuais contribuam para a asseguarção, aos auditores internos deste Regional, de perspectiva de formação básica e desenvolvimento continuado das competências essenciais ao exercício da atividade de auditoria interna, em suas vertentes avaliativa e consultiva, possibilitando aos servidores o pleno desenvolvimento de potencialidades individuais, de modo a repercutir na melhoria coletiva dos trabalhos realizados e, ainda, na promoção de um clima organizacional positivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

ANEXO I

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DA SAU 2018-2021

Premissas primárias: formação gradual e continuada dos Auditores Internos da SAU e alinhamento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do exercício de referência, contemplando, inclusive, diretrizes expedidas pelo CNJ e TSE referentes a ações fiscalizatórias coordenadas e integradas a serem realizadas no período.

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2018		
AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
COSO ERM – Gerenciamento de riscos – Estrutura integrada**	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	12
AUDI 1 – Órgãos Públicos**	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	12
Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público	Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação similar	12
Comunicação de resultados (Reporte) com foco no setor público	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	12
Auditoria de governança e gestão de pessoas com ABR, no setor público	Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação similar	10
Auditoria de governança e gestão de TIC com ABR no setor público	Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação similar	10
Governança, gestão de riscos e controle interno no setor público	Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação similar	12
Governança e gestão de pessoas no setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	12
Governança e gestão de TIC no setor público, com foco nas seguintes boas práticas: COBIT (<i>Control Objectives for Information and Related Technologies</i>), ITIL (<i>Information Technology Infrastructure Library</i>), PMBOK (<i>Project Management Body of Knowledge</i>), CMMI (<i>Capability Maturity Model Integration</i>), ISO 17799 e ISO 27001 (Padrões de Segurança da Informação), observadas últimas versões publicadas.	Escola Superior de Redes ou instituição de reputação similar	10

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2018

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
Gestão de processos e da qualidade**	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	12
Aposentadorias e pensões no serviço público – Principais inovações	José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores Associados	5
Cálculo de proventos de aposentadoria pela média aritmética no serviço público	José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores Associados	5
Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissões e Concessões (SISAC)	Tribunal de Contas da União (TCU)	7
Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU	Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição de reputação similar	6
Lei de Responsabilidade Fiscal – Atualizações**	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
SIAFI e Tesouro Gerencial**	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	5
Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder Judiciário	5
Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental	Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União (DICON)	5
Fórum Nacional de Controle	Tribunal de Contas da União (TCU)	2
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI)	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	3
Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	Instituto Negócios Públicos (INP)	2

*Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.

** Ações não realizadas em 2018, deslocadas para 2019, consoante proposta de revisão do PDP 2018-2021 aprovada por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611/2018.

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2019¹²

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
COSO ERM – Gerenciamento de riscos – Estrutura integrada	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17
Auto avaliação de controles e riscos	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17

¹² Planos Anuais de Capacitação referentes aos exercícios 2019, 2020 e 2021 alterados, consoante proposta de revisão do PDP 2018-2021 aprovada por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611/2018.

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2019¹²

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
AUDI 1 – Órgãos Públicos	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17
AUDI 2 – Órgãos Públicos	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17
Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público - Atualização	Gizelma Lima Consultoria e Treinamentos	17
Auditoria de governança e gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial com foco no setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Contabilidade aplicada ao setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Lei de Responsabilidade Fiscal	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
SIAFI e Tesouro Gerencial	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Tesouro Gerencial Avançado	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Governança e gestão da informação ou documental	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Estrutura tecnológica de TI – <i>hardware</i> , <i>software</i> e rede de dados	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Gestão de infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	6
Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU	Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição de reputação similar	10
Averbação de tempo de serviço	José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores Associados	6
Folha de pagamento	José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores Associados	6
Concessão de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público	José Afonso Pires Ferreira Júnior/Hexagon Consultores Associados	6
Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder Judiciário	6
Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental	Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União (DICON)	6
Fórum Nacional de Controle	Tribunal de Contas da União (TCU)	2
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI)	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	4
14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	Instituto Negócios Públicos (INP)	1
Desenvolvimento de apresentações (falar em público – Retórica/Oratória)	Daniel Jerzini/Instituto Negócios Públicos	8
Técnicas de desenvolvimento de trabalhos em equipe (Realização de Oficinas)	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Curso na área de planejamento, estratégia e gestão	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Curso de mapeamento e modelagem de processos	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2019¹²

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	Instituto Negócios Públicos (INP)	2

**Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.*

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2020¹³

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
AUDI 3 – Órgãos Públicos	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17
Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público – Atualização	Gizelma Lima Consultoria e Treinamentos	17
Auditoria de governança, gestão de riscos e controle interno em nível de entidade, no setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Auditoria operacional no setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Planejamento e gerenciamento de auditorias	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17
Comunicação de resultados (Reporte) com foco no setor público	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17
Técnicas de Auditoria	Gizelma Lima Consultoria e Treinamentos	17
Gestão de processos e da qualidade	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU	Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição de reputação similar	6
Critérios de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	6
Suprimento de Fundos	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	6
Inteligência emocional	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	12
Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder Judiciário	6
Fórum Nacional de Controle	Tribunal de Contas da União (TCU)	2
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI)	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	4

¹³ Planos Anuais de Capacitação referentes aos exercícios 2019, 2020 e 2021 alterados, consoante proposta de revisão do PDP 2018-2021 aprovada por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611/2018.

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2020¹³

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
Curso de Gestão Organizacional	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	9
Técnica Análise SWOT e Diagrama de Verificação de riscos (DVR)	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Técnica de Benchmarking	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	Instituto Negócios Públicos (INP)	2

**Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.*

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2021¹⁴

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
Auditoria baseada em riscos (ABR) com foco no setor público – Atualização	Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação similar	17
Preparação para certificação em auditoria interna (CIA)	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	17
Auditoria de governança e gestão patrimonial com foco no setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Auditoria de governança e gestão de aquisições com foco no setor público	Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação similar	10
Auditoria de governança e gestão de obras com foco no setor público	Escola Nacional de Governo ou instituição de reputação similar	10
Governança e gestão patrimonial no setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Governança e gestão de aquisições no setor público	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Licitações e contratos – Atualização normativa e jurisprudência do TCU	Zênite Eventos, Instituto Negócios Públicos ou instituição de reputação similar	10
Legislação trabalhista e previdenciária – Atualização	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10

¹⁴ Planos Anuais de Capacitação referentes aos exercícios 2019, 2020 e 2021 alterados, consoante proposta de revisão do PDP 2018-2021 aprovada por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 611/2018.

PLANO DE CAPACITAÇÃO 2021¹⁴

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	SUGESTÃO DE INSTRUTOR / INSTITUIÇÃO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
Retenção de tributos em contratações públicas	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Gestão de conta vinculada	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	10
Oratória e condução de reuniões	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	Comissão de Órgãos de Auditoria Interna do Poder Judiciário	6
Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental	Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União (DICON)	6
Fórum Nacional de Controle	Tribunal de Contas da União (TCU)	2
Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI)	Instituto dos Auditores Internos (IIA Brasil)	4
Técnicas de como realizar entrevistas	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Curso de Gestão de Projetos	Sugestão a ser formulada em oportunidade posterior	17
Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	Instituto Negócios Públicos (INP)	2

**Ações previstas e quantitativo de servidores a serem contemplados passível de variação, considerando eventual alteração de diretrizes da Alta Gestão ou de órgãos de controle externo, bem como do quadro de pessoal da SAU.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

ANEXO I

HISTÓRICO DE CAPACITAÇÃO DA COGES 2015-2017

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2015	ANA CAROLINA MARQUES VALENTE IUNES	SEAGES	10/12/2013 a 29/3/2016	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	ANA CAROLINA MARQUES VALENTE IUNES	SEAGES		PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL			X
TOTAL	2	TOTAL DE CURSOS			1	0	1
2015	ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ	SEAPE	6/7/2006 a 3/4/2016	ANÁLISE E CONCESSÃO DE REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO, CLAROS DE LOTAÇÃO, EXERCÍCIO PROVISÓRIO E LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE - LEGISLAÇÃO E JURISPRUDENCIA STF, STJ, TCUE TRF		X	
2015	ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ	SEAPE		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ	SEAPE		DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PÚBLICA E FUNPRESP		X	
2015	ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ	SEAPE		PROCESSOADMINISTRATIVODIGITAL			X
2015	ANA MARIA FONSÊCA DE QUEIROZ	SEAPE		SEDAS - O ENFRENTAMENTO DO DIAGNÓSTICO DO CÂNCER, SUA DOR E CAMINHOS A TRILHAR			X
TOTAL	5	TOTAL DE CURSOS			1	2	2

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2015	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	SEAUD	5/7/2002 a 13/9/2017	12ª SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - REGIÃO 5 - SALVADOR - 5A09/10/2015		X	
2015	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	SEAUD		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
TOTAL	2	TOTAL DE CURSOS			1	1	0
2015	ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO	SEAUD	27/1/2017 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
TOTAL	1	TOTAL DE CURSOS			1	0	0
2015	DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA	SEAPE	1º/9/2013 a 28/3/2016	AVIDA QUE VALE APENAS SERVIR VIDA EM TEMPOS LÍQUIDOS, COM LEANDRO KARNAL			X
2015	DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA	SEAPE		ANÁLISE E CONCESSÃO DE REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO, CLAROS DE LOTAÇÃO, EXERCÍCIO PROVISÓRIO E LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE - LEGISLAÇÃO E JURISPRUDENCIA STF, STJ, TCU E TRF		X	
2015	DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA	SEAPE		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA	SEAPE		DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA PÚBLICA E FUNPESP		X	
2015	DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA	SEAPE		PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL			X
2015	DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA	SEAPE		SEDAS - O ENFRENTAMENTO DO DIAGNÓSTICO DO CÂNCER, SUA DORE CAMINHOS A TRILHAR			X
TOTAL	6	TOTAL DE CURSOS			1	2	3

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2015	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES	16/4/2012 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
TOTAL	1	TOTAL DE CURSOS			1	0	0
2015	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD	1º/4/2014 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		ÉTICA: UMA QUESTÃO DE ESCOLHA 2015			X
2015	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		GESTÃO DE PROJETOS		X	
2015	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE TI NO JUDICIÁRIO - RESOLUÇÃO 182/2013		X	
2015	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL			X
TOTAL	5	TOTAL DE CURSOS			1	2	2
2015	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES	28/9/2007 até o momento	12ª SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - REGIÃO 5 - SALVADOR - 5 A 09/10/2015		X	
2015	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL			X
2015	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		TESOURO GERENCIAL		X	
TOTAL	4	TOTAL DE CURSOS			1	2	1
2015	JOSAFÁ DA SILVA COELHO	SEAPE	23/5/2016 a 13/2/2017	PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL			X
TOTAL	1	TOTAL DE CURSOS			0	0	1

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2015	JOSEMAR MOINHOS DE MIRANDA	SEAUD	1º/6/2013 a 29/3/2016	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	JOSEMAR MOINHOS DE MIRANDA	SEAUD		PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL			X
TOTAL	2			TOTAL DE CURSOS	1	0	1
2015	MARIA ISABEL MOURA CAMPOS	COGES	16/3/2006 a 27/3/2016	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
TOTAL	1			TOTAL DE CURSOS	1	0	0
2015	PATRÍCIA CALEFFI	SEAGES	16/4/2012 a 27/3/2016	12ª SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - REGIÃO 5 - SALVADOR - 5 A 09/10/2015		X	
2015	PATRÍCIA CALEFFI	SEAGES		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	PATRÍCIA CALEFFI	SEAGES		OS GRANDES PROBLEMAS ENFRENTADOS NO JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES - COMO EVITAR, COMO SOLUCIONAR E AS ORIENTAÇÕES DO TCU		X	
2015	PATRÍCIA CALEFFI	SEAGES		TESOURO GERENCIAL		X	
TOTAL	4			TOTAL DE CURSOS	1	3	0
2015	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD	30/5/2006 a 12/3/2017	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS NO SETOR PÚBLICO	X		
2015	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD		PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE TI NO JUDICIÁRIO - RESOLUÇÃO 182/2013		X	
TOTAL	2			TOTAL DE CURSOS	1	1	0

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2016	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES	5/7/2002 a 13/9/2017	APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - PRINCIPAIS INOVAÇÕES - ACORDÃO TCUN. 1.176/2015 - PLENÁRIO E LEIN. 13.135/2015		X	
2016	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		COSO ICIF 2013	X		
2016	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - ATUALIZAÇÃO DO RJU (LEINº 8.112/90 E LEINº 13.135, DE 17/06/2015) E AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO		X	
2016	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES 2016 - T2 - 07,08 E 21/07			X
2016	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		RESILIÊNCIA: A ARTE DE SER FLEXÍVEL			X
TOTAL	6	TOTAL DE CURSOS			2	2	2
2016	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES	31/3/2016 até o momento	AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		CONTRATAÇÃO PÚBLICA - TEMAS POLÊMICOS E FUNDAMENTAIS PARA QUEM ATUA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM OS ENTENDIMENTOS DO TCUE TRIBUNAIS SUPERIORES		X	

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2016	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		TEMAS ATUAISE APLICADOS DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO		X	
2016	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		TREINAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS (TURMA 1)		X	
TOTAL	4	TOTAL DE CURSOS			1	3	0
2016	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE	11/7/2016 até o momento	EAD - CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA VERBAL			X
2016	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE		EAD-GERENCIAMENTODO TEMPO(AUTOINSTRUCIONAL)			X
2016	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE		EAD - QUALIDADE DE VIDA			X
2016	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE		ÉTICA: COMO NOS TORNAMOS QUEM SOMOS			X
TOTAL	4	TOTAL DE CURSOS			0	0	4
2016	CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS	SEAGES	29/3/2016 a 23/4/2017	AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS	SEAGES		GOVERNANÇA E GESTÃO DAS AQUISIÇÕES		X	
2016	CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS	SEAGES		PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES 2016- T3- 18, 19 E 22/07			X
2016	CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS	SEAGES		RESILIÊNCIA: A ARTE DE SER FLEXÍVEL			X
2016	CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS	SEAGES		TEMAS ATUAISE APLICADOS DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO		X	

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2016	CRISTIAN PATRIC DE SOUSA SANTOS	SEAGES		TREINAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS (TURMA 1)		X	
TOTAL	6	TOTAL DE CURSOS			1	3	2
2016	DANIELLE DÉBORA CERQUEIRA OLIVEIRA	SEAPE	1º/9/2013 a 28/3/2016	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015 - ORIENTAÇÕES SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO - VIA INTERNET (YOUTUBE)		X	
TOTAL	1	TOTAL DE CURSOS			0	1	0
2016	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES	16/4/2012 até o momento	AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES		DÍALOGO PÚBLICO - GOVERNANÇA E GESTÃO DE AQUISIÇÕES		X	
2016	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES		ÉTICA: COMO NOS TORNAMOS QUEM SOMOS			X
2016	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES		TEMAS ATUAIS E APLICADOS DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO		X	
TOTAL	4	TOTAL DE CURSOS			1	2	1
2016	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD	1º/4/2014 até o momento	APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - PRINCIPAIS INOVAÇÕES - ACORDÃO TCUN. 1.176/2015 - PLENÁRIO E LEIN. 13.135/2015		X	
2016	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2016	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		II FÓRUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	X		
2016	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015- ORIENTAÇÃO SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO- VIA INTERNET (YOUTUBE)		X	
2016	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		TEMAS ATUAIS E APLICADOS DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO		X	
2016	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		TREINAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS (TURMA 1)		X	
TOTAL	6	TOTAL DE CURSOS			2	4	0
2016	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES	28/9/2007 até o momento	AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		E-SOCIAL		X	
2016	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		X	
2016	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015- ORIENTAÇÃO SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO- VIA INTERNET (YOUTUBE)		X	
2016	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		RETENÇÕES NA FONTE DE ISS E DE INSS NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS		X	
2016	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		SUPRIMENTO DE FUNDOS		X	
TOTAL	6	TOTAL DE CURSOS			1	5	0

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2016	JOSAFÁ DA SILVA COELHO	SEAPE	23/5/2016 a 13/2/2017	ANÁLISE E CONCESSÃO DE REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO CLAROS DE LOTAÇÃO, EXERCÍCIO PROVISÓRIO E LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE - LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA DOS TFC, STJ, TCU E TRF		X	
2016	JOSAFÁ DA SILVA COELHO	SEAPE		AUDITORIA TEÓRICA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	JOSAFÁ DA SILVA COELHO	SEAPE		EJE - CICLO DE PALESTRAS SOBRE AS ELEIÇÕES 2016		X	
2016	JOSAFÁ DA SILVA COELHO	SEAPE		EJE - WORKSHOP DE DIREITO ELEITORAL		X	
2016	JOSAFÁ DA SILVA COELHO	SEAPE		E-SOCIAL		X	
TOTAL	5	TOTAL DE CURSOS			1	4	0
2016	RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO	SEAPE	16/4/2016 até o momento	APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - PRINCIPAIS INOVAÇÕES - ACORDÃO TCU N. 1.176/2015 - PLENÁRIO E LEI N. 13.135/2015		X	
2016	RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO	SEAUD		AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO	SEAUD		E-SOCIAL		X	
2016	RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO	SEAUD		TREINAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS (TURMA 1)		X	
TOTAL	4	TOTAL DE CURSOS			1	3	0

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2016	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD	30/5/2006 a 12/3/2017	APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - PRINCIPAIS INOVAÇÕES - ACORDÃO TCUN. 1.176/2015 - PLENÁRIO E LEIN. 13.135/2015		X	
2016	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD		AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD		E-SOCIAL		X	
2016	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD		ÉTICA: COMO NOS TORNAMOS QUEM SOMOS			X
2016	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD		TEMAS ATUAIS E APLICADOS DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO		X	
2016	RITA DANTAS FREITAS VIGAS	SEAUD		TREINAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS (TURMA 1)		X	
TOTAL	6	TOTAL DE CURSOS			1	4	1
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE	8/4/2016 até o momento	ANÁLISE E CONCESSÃO DE REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO CLAROS DE LOTAÇÃO, EXERCÍCIO PROVISÓRIO E LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE - LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA DO STF, STJ, TCUE TRF		X	
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - PRINCIPAIS INOVAÇÕES - ACORDÃO TCUN. 1.176/2015 - PLENÁRIO E LEIN. 13.135/2015		X	

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		AUDITORIA TEORIA E PRÁTICA NO SETOR PÚBLICO	X		
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		COSO ICIF 2013	X		
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		E-SOCIAL		X	
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - ATUALIZAÇÃO DO RJU (LEI Nº 8.112/90 E LEI Nº 13.135, DE 17/06/2015) E AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO		X	
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES 2016 - T1 - 05, 06 E 20/07			X
2016	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		RESILIÊNCIA: A ARTE DE SER FLEXÍVEL			X
TOTAL	8	TOTAL DE CURSOS			2	4	2
2017	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES	5/7/2002 a 13/9/2017	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS		X	
2017	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		EJE - REFORMA TRABALHISTA		X	
2017	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		III FORUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	X		
2017	ANA REJANE CATUNDA DE CARVALHO	COGES		III WORKSHOP AUDITORIAS INTEGRADAS DA JUSTIÇA ELEITORAL	X		
TOTAL	4	TOTAL DE CURSOS			2	2	0
2017	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES	31/3/2016 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PREGOEIROS		X	

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2017	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		III FORUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	X		
2017	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		LEI N.8112/90 - ADMISSÃO DE SERVIDORES		X	
2017	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		SUPRIMENTO DE FUNDOS COM ÊNFASE EM CARTÃO CORPORATIVO		X	
2017	ÂNGELA ROBERTA ESQUERDO GONZAGA	SEAGES		TÉCNICA LEGISLATIVA			X
TOTAL	6		TOTAL DE CURSOS		2	3	1
2017	ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO	SEAUD	27/1/2017 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO	SEAUD		II WORKSHOP AUDITORIAS INTEGRADAS DA JUSTIÇA ELEITORAL	X		
2017	ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO	SEAUD		III FORUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	X		
2017	ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO	SEAUD		III WORKSHOP AUDITORIAS INTEGRADAS DA JUSTIÇA ELEITORAL	X		
2017	ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS PAIXÃO	SEAUD		WORKSHOP AUDITORIAS INTEGRADAS DA JUSTIÇA ELEITORAL	X		
TOTAL	5		TOTAL DE CURSOS		5	0	0
2017	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE	11/7/2016 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE		COMPETÊNCIAS PARA O APRENDIZADO SIGNIFICATIVO 2017			X
2017	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE		EJE - REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		X	
2017	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE		EJE-REFORMA TRABALHISTA		X	
2017	CAMILLE PEDREIRA BASTOS	SEAPE		TÉCNICA LEGISLATIVA			X
TOTAL	5		TOTAL DE CURSOS		1	2	2

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2017	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES	16/4/2012 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES		CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS		X	
2017	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES		EJE - REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		X	
2017	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES		FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM AS ALTERAÇÕES DA IN N. 02/08 E AS NOVIDADES DA PORTARIA N. 409/16		X	
2017	EDUARDO MACHADO OLIVEIRA	SEAGES		SUPRIMENTO DE FUNDOS COM ÊNFASE EM CARTÃO CORPORATIVO		X	
TOTAL	5	TOTAL DE CURSOS			1	4	0
2017	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	COGES	1º/4/2014 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	COGES		CAFÉ COM GESTORES - AMBIENTE INSPIRADOR E SAUDÁVEL			X
2017	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		III FORUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	X		
2017	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	COGES		LEI N.8112/90 - ADMISSÃO DE SERVIDORES		X	
2017	FERNANDA COSTA GUIMARÃES	SEAUD		TREINAMENTO DE BIOMETRIA - 2017 TURMA 06 (COELE/SEORIS)			X
TOTAL	5	TOTAL DE CURSOS			2	1	2

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2017	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES	28/9/2007 até o momento	A FAMÍLIA COMO BASE PARA UMA NOVA SOCIEDADE			X
2017	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS		X	
2017	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		EJE - REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		X	
2017	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		O DESAFIO DA PATERNIDADE: DO QUE OS MEUS FILHOS PRECISAM?			X
2017	GERALDO MAJELLA NUNES DE MOURA	SEAGES		SUPRIMENTO DE FUNDOS COM ÊNFASE EM CARTÃO CORPORATIVO		X	
TOTAL	6		TOTAL DE CURSOS		1	3	2
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES	24/4/2017 até o momento	A FAMÍLIA COMO BASE PARA UMA NOVA SOCIEDADE			X
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		CONGRESSO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA, CONTROLE PÚBLICO E GESTÃO DE RISCOS NAS AQUISIÇÕES		X	
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS		X	
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		EJE - REFORMA TRABALHISTA		X	
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM AS ALTERAÇÕES DA IN N. 02/08 E AS NOVIDADES DA PORTARIA N. 409/16		X	

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		O DESAFIO DA PATERNIDADE: DO QUE OS MEUS FILHOS PRECISAM?			X
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AUDITORIA	X		
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		SUPRIMENTO DE FUNDOS COM ÊNFASE EM CARTÃO CORPORATIVO		X	
2017	MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA	SEAGES		TREINAMENTO DE BIOMETRIA - 2017 TURMA 03 (COELE/SEORIS)			X
TOTAL	10	TOTAL DE CURSOS			2	5	3
2017	MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS	SEAUD	11/5/2017 até o momento	ATUALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA 2017 - TURMA 02			X
2017	MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS	SEAUD		AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS	SEAUD		CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA - EAD - 2017			X
2017	MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS	SEAUD		EJE - REFORMA TRABALHISTA		X	
2017	MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS	SEAUD		LEI N.8112/90 - ADMISSÃO DE SERVIDORES		X	
2017	MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS	SEAUD		O DESAFIO DA PATERNIDADE : DO QUE OS MEUS FILHOS PRECISAM?			X
2017	MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS	SEAUD		QUALIDADE DE VIDA - EAD - 2017			X
TOTAL	7	TOTAL DE CURSOS			1	2	4
2017	RICARDO MOTA MASCARENHAS	SEAPE	24/4/2017 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
TOTAL	1	TOTAL DE CURSOS			1	0	0
2017	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE	8/4/2016 até o momento	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	X		
2017	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		EJE - REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO		X	

ANO	SERVIDOR	UNIDADE	ÚLTIMO PERÍODO DE LOTAÇÃO ININTERRUPTA	TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO		
					Técnico	Áreas auditáveis	Outros
2017	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		EJE - REFORMA TRABALHISTA		X	
2017	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		III FORUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	X		
2017	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		LEI N.8112/90 - ADMISSÃO DE SERVIDORES		X	
2017	ZÁIDE CHECCUCCI JUNQUEIRA AYRES	SEAPE		TREINAMENTO DE BIOMETRIA - 2017 TURMA 03 (COELE/SEORIS)			X
TOTAL	6			TOTAL DE CURSOS	2	3	1

Nota 1: o servidor Antonio Fernando dos Santos Paixão foi lotado anteriormente na COGES, no período compreendido entre 31/7/2010 e 31/8/2015.

Nota 2: a servidora Mirela Rios Cruz de Jesus foi lotada anteriormente na COGES, no período compreendido entre 19/5/2009 e 25/11/2010.

Nota 3: o servidor Josafá da Silva Coelho registrou lotação na COGES nos períodos compreendidos entre 16/3/2006 e 21/3/2012 e 17/7/2014 e 25/3/2015.

Nota 4: a servidora Danielle Débora Cerqueira Oliveira registrou lotação na COGES no período compreendido entre 6/5 e 20/7/2006.

Nota 5: o servidor Fábio Monteiro Santos Lima foi excluído das análises considerando lotação na COGES por tempo inferior a 3 meses.

Nota 5: para melhor mineração de informações os cursos ministrados ao longo de 2015, 2016 e 2017 (até 18/10/2017) foram previamente categorizados em: técnicos, aqueles relativos a normas, padrões, técnicas e práticas profissionais de auditoria interna; áreas auditáveis, aqueles relacionados a objetos passíveis de auditoria; e outros, aqueles não abarcados nas categorias anteriores.

Fonte: informações fornecidas pela EFAS, em 18/10/2017, e disponíveis no SGRH, consoante consulta realizada em 30/10/2017.